

Análise do Espaço Discursivo do Discurso Midiático-Artístico sobre Sociolinguística e Ensino de Língua Materna

Mestrando Ronaldo Adriano de FREITAS¹ - UFF

Resumo:

O presente trabalho apresenta a análise discursiva de textos produzidos a respeito da polêmica sobre a abordagem da dimensão sociolinguística no ensino de língua materna no Brasil. A pesquisa se desenvolve no âmbito do programa História das Ideias Linguísticas, considerando os aspectos relacionados ao ensino de língua portuguesa pelo viés da análise das políticas linguísticas, a partir dos fundamentos da Análise do Discurso (Pecheux/Orlandi), que considera que o discurso científico deve ser compreendido por meio de sua historicidade considerando a presença do ideológico. Dessa forma, para o desenvolvimento desse trabalho foram considerados centrais os conceitos de Formação Discursiva, Memória Discursiva, e Língua Imaginária, tal como desenvolvidos na teoria pechetiana, bem como o de “interincompreensão”, desenvolvido paralelamente por Maingueneau em seus estudos. Os termos “língua” e “ensino” foram assim tomados em sua multiplicidade de sentidos, assim supõe-se que a análise de textos de circulação midiático-artística, produzidos por jornalistas e escritores não especializados na ciência linguística, mas dispostos a darem seu parecer sobre o tema, leva a um discurso revelador sobre a memória discursiva a respeito do conceito de língua e de suas políticas de ensino. O corpus de análise aqui apresentado é constituído por duas sequências discursivas uma de uma mídia de grande circulação no Brasil, e outra, de um texto produzido em resposta ao posicionamento hegemônico da mídia. Ambos desenvolvem entre seus argumentos o ponto chave de nosso questionamento: a pertinência da abordagem variacionista no ensino de língua portuguesa. A análise desses textos revela um espaço discursivo formado por posicionamentos distintos: o que pressupõe que os avanços da sociolinguística representam melhorias nas práticas de ensino; e o que considera que esses avanços são na verdade deturpações do verdadeiro objetivo do ensino de língua materna, apontando pra a interdependência desses posicionamentos.

Palavras-chave: Ensino de língua, Análise do discurso, Sociolinguística, Memória Discursiva.

1 Apresentação

Esse trabalho tem por objetivo analisar a tomada de posicionamento no discurso midiático sobre o ensino de língua portuguesa presente em gêneros como o ensaio, a crônica e a canção com finalidade de circulação midiática – a respeito da incorporação dos conceitos sociolinguísticos dentro do campo das políticas de ensino de língua portuguesa. Trata-se de apresentar o estágio inicial de nossa pesquisa desenvolvida no ‘Laboratório Arquivos do Sujeito’- LAS, na Linha de pesquisa 3: História, política e contato linguístico, a qual tem por pressupostos teóricos a Análise do Discurso desenvolvida pelo grupo de Michel Pêcheux na França, reterritorializada no Brasil por Orlandi.

Segundo Mariani (2006) a Análise do Discurso tem por objetivo a investigação da constituição dos sujeitos e dos (pelos) sentidos que circulam na sociedade; tal pressuposto é assumido em nosso trabalho ao propor que a análise de textos de circulação midiático-artística, produzidos por escritores não especializados na ciência linguística, mas dispostos a darem seu parecer sobre o tema demonstra a produção de um discurso revelador sobre a memória discursiva a respeito do conceito de língua e de suas políticas de ensino, logo constituidoras dos sujeitos expostos a elas em suas diversas posições discursivas.

Nossa pesquisa se desenvolve no programa História das Ideias Linguísticas (HIL), iniciado no Brasil a partir dos contatos entre Eni Orlandi e Sylvain Aurox, e que trouxe, em sua segunda fase, “*para o centro de seus interesses, além da história do saber sobre a língua, a questão das relações de línguas com a questão política.*” (UNICAMP; 2004: s.p.) A partir da visada teórica da AD, têm-se como pressupostos a materialidade da linguagem e a não neutralidade do discurso científico em relação à ideologia. Trata-se de considerar que, como qualquer outro discurso, o discurso sobre o ensino de língua portuguesa está sujeito aos sentidos que o antecedem: o interdiscurso; como didaticamente exposto por Orlandi: “*Quando nascemos os discursos já estão prontos e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós*” (Orlandi; 2009).

Dessa forma, o estudo das Ideias Linguísticas deve ser feito levando em consideração às regulações de sentido impostas pelo histórico, ou seja, o funcionamento das Formações Discursivas: possibilidades do que pode ser dito e do que pode ser entendido. É a partir desses pressupostos que se pode identificar a existência de Formações Discursivas distintas: a que pressupõe que os avanços da Sociolinguística representam melhorias nas práticas de ensino; e a que considera que a incorporação desses avanços é na verdade deturpação do verdadeiro objetivo do ensino de Língua Materna.

A utilização de conceitos da sociolinguística, mais especificamente da variação linguística e do reconhecimento da legitimidade das variantes não padrão no ensino de língua portuguesa é um dos temas mais polêmicos nas práticas educacionais. A intensa discussão iniciada por pesquisadores e docentes acerca do tema transborda o campo acadêmico e encontra lugar no discurso midiático-artístico, sendo constantemente apresentada por jornalistas e escritores não especializados na ciência linguística, mas dispostos a dar pareceres sobre o conceito de língua e como esta deve ser estudada e ensinada.

O fato histórico relativamente recente de maior repercussão midiática se deu em 2011, quando a mídia noticiou exaustivamente a aprovação pelo MEC de um livro, que segundo diversos jornalistas, ensinaria a “falar errado”. O livro apresentava análises gramaticais de frases da variante popular, comparando-as com a norma padrão e recomendava que os alunos dominassem as duas formas, que deveriam ser usadas em momentos distintos. A polêmica instalada pelo fato, aqui tomada como acontecimento discursivo, fez com que se produzisse uma enxurrada de textos que tratavam do assunto de modo alheio a aspectos científicos, provocando um processo de reação em cadeia característico dos textos midiáticos.

1.1 O discurso midiático artístico

A opção pelo termo “discurso midiático-artístico” se dá nesse trabalho, pela necessidade de uma classificação que envolva certa categoria de textos de diferentes gêneros, como a canção, a crônica, o ensaio, que carregam em comum o fato de serem textos que manifestam certa subjetividade e uma busca pelo estético que os caracterizam como filiados ao campo das artes, mas que no entanto estão profundamente comprometidos com o universo midiático, no qual valores como a audiência, o financiamento publicitário, a vendagem - valores midiáticos em geral - estão também presentes. Um bom exemplo do exposto acima ocorre quando observamos o discurso de certos jornalistas em artigos e editoriais, quando deixam explicitamente de lado o aspecto informativo de seus textos e produzem um texto cujo maior valor não está no conteúdo em si, mas na qualidade comunicativa e habilidade linguística demonstrada, aproximando a atividade jornalística da artística, ou seja, na posição autor por eles desempenhada.

O aspecto subjetivo desses textos permite que seus autores escrevam sobre uma diversidade de assuntos, que variam das trivialidades da vida pessoal a questões de estado ou grandes temas filosóficos. Ao fazê-lo, os autores buscam afirmar essa identidade (de autor) ao mesmo tempo em que procuram despertar o interesse do maior número de pessoas possível para sua produção. Nesse processo, é uma estratégia interessante a busca por temas polêmicos, que geram o interesse de um grande número de pessoas, e a filiação a um dos polos dessa polêmica.

É o texto produzido nesse universo, a respeito da polêmica sobre a adoção da sociolinguística no ensino de língua portuguesa que interessa a esse projeto. O texto midiático-artístico é uma categoria de análise a ser refinada e melhor compreendida, a fim de se compreender como se dá o processo de tomada de posição nos espaços discursivos. A análise desse tipo de discurso se mostra promissora, pois trata-se de um discurso comprometido com certos posicionamentos, e com capacidade de influenciar um grande contingente de pessoas, justificando o conceito de formadores de opinião que caracteriza os produtores desse discurso.

2 Pressupostos teóricos

Ao se filiar à construção teórica da Análise do Discurso, assume-se a ideia de unidade entre o instrumento de análise e o dispositivo teórico. Trata-se de uma teoria que deve ser desenvolvida a partir da própria análise, e de uma análise que é desenvolvimento teórico. É assumindo esse pressuposto que nos filiamos ao programa História das Ideias Linguísticas, assumindo a materialidade da linguagem e a não neutralidade do discurso científico em relação à ideologia, e nos propondo a realizar gestos de leitura que se voltem para a questão do imaginário de língua criado tanto pela discursividade científica, quanto pela artística ou midiática, entendidos como meio de reprodução de uma memória discursiva sobre a língua.

Trata-se de considerar que, como qualquer outro discurso, o discurso sobre o ensino de língua portuguesa está sujeito aos sentidos que o antecedem: o interdiscurso; como didaticamente exposto por Orlandi: “*Quando nascemos os discursos já estão prontos e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós*” (Orlandi; 2009). Dessa forma, o estudo das Ideias Linguísticas deve ser feito levando em consideração às regulações de sentido impostas pelo histórico, ou seja, o funcionamento das Formações Discursivas: possibilidades do que pode ser dito e do que pode ser entendido.

É em busca desse funcionamento que buscaremos textos produzidos acerca do ensino de português na interface entre mídia e literatura (entendida como autoria) em busca de compreender o papel exercido pela memória discursiva, conceito que na forma apresentada por Indursky (2011) se mostra fundamental para o desenvolvimento da pesquisa proposta, tanto por representar um avanço na teoria, como pela revisão importante que faz das bases teóricas que orientam esse avanço. Trata-se de investigar como a produção discursiva sobre o ensino de língua se filia a determinada construção presente na memória discursiva e sustentada pela repetição promovida pelo próprio texto em questão, ou seja, considerar o papel da memória discursiva na constituição desses textos e o papel desses textos na re (produção) dessa memória.

Consideramos ainda a relação entre sujeito ensino de língua materna. Payer (2014) analisa as relações entre formações discursivas e variedades linguísticas e designa como um procedimento meta-discursivo “os **mecanismos** que manifestam na materialidade do discurso o funcionamento de um **processo** de identificação do sujeito em relação às formas linguísticas presentes em sua

história e nas práticas discursivas atuais” (Payer, 2014; pag. 193). Tal processo é fundamental para a compreensão dos textos que falam sobre o ensino de língua, já que se trata de um trabalho de reconhecimento dos mecanismos textuais de filiação que manifestam a identificação do sujeito com determinada formação discursiva, a saber, seu posicionamento discursivo.

Essa perspectiva é ampliada em Orlandi (2009) em que se encontra uma referência geral das questões da língua nacional. Nessa obra a autora dá relevo à não unidade e não transparência da língua dita Portuguesa e evidencia a existência de duas perspectivas de entendimento linguístico no Brasil: uma real que remete a língua utilizada de fato, caracterizado pela fluidez, incompletude, falha e ruptura no contínuo movimento na história e na sociedade; e outra, constituída por um imaginário tradicional, uno e transparente. Mediante esse fato, a autora afirma não falarmos português, mas uma língua fortemente afetada pelo sistema português e por suas determinações históricas e sociais. A partir da ideia de que o espaço brasileiro historiciza a língua, a autora propõe a necessidade de desconstrução dessa noção imaginária e para tal propõe a noção de descolonização linguística, o que está a nosso ver, intimamente ligado a questão da legitimação das variantes não padrão como objeto de ensino de língua portuguesa.

Acerca disso, Pagotto (1998) Analisa os movimentos discursivos que se passam no século XIX e seus reflexos no século XX. Sua pesquisa revela aspectos da historicidade da norma padrão que ainda se fazem presentes nos textos analisados. Trata-se segundo o autor de uma análise da historicidade da constituição da norma culta brasileira como um projeto que atende aos interesses políticos das elites, de forma que na relação do sujeito com a língua, tantas vezes representada na literatura e no discurso científico, tende a apagar a diversidade pelo efeito simbólico de superioridade da forma linguística padrão. Afirma assim que a norma padrão funciona discursivamente como algo que se liga tanto a ancestralidade como ao infinito, em suas palavras ela é o “sempre-lá, como se não tivesse origem histórica” (Pagotto 1998, pag. 50).

Trazemos ainda para o bojo de nossa análise a questão da polêmica e interincompreensão. Narzetti (2009) ao tratar da interdependência das formações discursivas afirma que, não existe independência entre diferentes formações discursivas, e analisa a questão levando em conta a formação discursiva dos gramáticos e dos linguistas, e conclui apontando para os efeitos de homogeneização produzidos pelo discurso midiático:

Pela observação dos autores que escreveram esses textos e de seus respectivos ofícios, pode-se afirmar que o discurso da FD dos *gramáticos* é dominante em nossa sociedade: assumem-no como seu não só os gramáticos, mas também jornalistas, poetas, cantores. O discurso da FD dos *lingüistas* fica restrito aos lingüistas.

Tal fato pode se dever ao grande espaço dado ou adquirido, nesses meios de comunicação, ao primeiro grupo acima citado e a quase ausência de espaço dado ao segundo grupo. Conforme afirma Althusser ([1970] 1980), as ideologias dominantes assim o são por serem as mais disseminadas na sociedade. (NARZETTI, 2009)

Narzetti conduz assim sua análise para Maingueneau (2005), segundo o qual o discurso polêmico se sustenta sobre um simulacro que se cria do discurso alheio, tal conceituação é conclusiva para em nossa discussão em que se espera demonstrar que, também em nosso caso, a existência das diferentes formações discursivas, por nós denominadas “variacionista” e “normativista”, se sustentam pela existência da outra.

3 Primeiras análises

Como explicitado anteriormente, o presente texto apresenta o projeto inicial de nossa pesquisa. Não se pretende aqui analisar toda constituição discursiva do tema em questão, mas apresentar, como indicamos no título acima, a primeiras análises que surgem em nosso trabalho. Analisaremos aqui duas Sequências discursivas (SD) representativas dos distintos posicionamentos analisados. Nosso objetivo é encontrar pistas de como a memória discursiva se manifesta através efeito da repetição (Indursky, 2012), produzindo o efeito de verdade buscado por cada formação, bem como identificar as marcas de presença do discurso do posicionamento contrário ao seu, o discurso do “outro”, tentando encontrar o lugar determinado ao outro nesse discurso.

A seleção das SD levou em conta o fato de o posicionamento da grande mídia é inerentemente o de adesão à formação discursiva normativista, conforme Grigoletto (2012: pag. 310) “A quase totalidade dos textos publicados na imprensa ressaltou a impropriedade da decisão do MEC de aprovação e distribuição do livro às escolas com base no argumento de que o livro pretende ‘ensinar a língua portuguesa errada’”.

Dessa forma, a SD 2 trata de uma resposta de uma das autoras do livro citado em que a autora assume a posição jornalista/articulista para falar sobre o livro . Por sua vez, a Sequência Discursiva 1 é representativo do posicionamento hegemônico da mídia e traz pistas sobre o funcionamento do interdiscurso nesse processo de construção. Vejamos:

SD 1:

Uma coisa é explicar por que uma mensagem fora do padrão formal da língua funciona; outra, diferente, é atestar a sua validade como uma variante da língua. Não dá! (AZEVEDO, 2011)

Na SD 1, encontramos no texto do colunista o posicionamento hegemônico que se sustenta pelo senso comum, tal qual apontado por Pagotto (1998), em que a constituição da língua padrão é um já lá, um dado que não precisa ser provado. A menção ao discurso científico que atesta a “funcionalidade” das formas não padrão se opera nos primeiros períodos, mas reserva-se a elas um lugar na comunicação “fora da língua”, a linguagem informal comunica, mas não é uma variante **da língua**. O conceito de língua operado nesse caso é o que a restringe a uma única forma, deixando para todas as outras o lugar de não língua.

A naturalização dos sentidos se opera pelo ar conclusivo do desabafo do período final: “não dá”. O lugar reservado ao discurso do outro é o da impossibilidade, o do sem sentido, o ilógico. Por sua vez, um movimento semelhante pode ser percebido na formação contrária:

SD 2:

Para os estudiosos da língua, trata-se de um consenso. Porém é sabido que não é essa a razão da polêmica em torno de um livro de Português voltado à Educação de Jovens e Adultos. A questão geradora de debate é o fato de existir um valor social agregado aos usos da língua .

Nas palavras de Marcos Bagno (professor do Departamento de Linguística da Universidade Federal de Brasília)... (Cleto, 2011)

“Para os estudiosos da língua trata-se de um consenso.” A ideia de consenso elimina a existência do debate acadêmico e apaga os posicionamentos contrários – melhor, põe qualquer posicionamento contrário no grupo dos que não são estudiosos da língua (só são estudiosos da língua os que participam do consenso, os comungam do mesmo posicionamento).

A ideia é então arrematada pela heterogeneidade mostrada, na citação, forma científica de produção textual, que, no entanto, é feita de forma a destacar o valor da posição do citado, com o peso da instituição acadêmica reforçado pelo uso de parênteses na sequência, o que apaga o sujeito/indivíduo e torna o discurso institucional.

4 Proposições finais

Nossa análise inicial aponta para um processo de construção discursiva em que o interdiscurso se manifesta de diferentes formas. Percebemos pelas sequências discursivas analisadas que a formação discursiva normativista remete a um já dito, a um conceito de língua e ensino estabilizados pelas práticas históricas e pela organização social que se repetem e tendem a se reproduzir de forma infinita; dessa forma o conceito de língua e o conceito de ensino apresentam-se como evidentes, únicos, exatos e justificados em si mesmos. Por sua vez, filiada ao discurso científico, a formação discursiva variacionista tende a apresentar um relacionamento interdiscursivo e intertextual com os textos fundadores da sociolinguística, aqui apresentados como acontecimentos discursivos que criam uma nova matriz de sentidos.

Nossa breve análise pretende então demonstrar a relevância de se considerar a teoria discursiva pechetiana na reflexão acerca do ensino de língua portuguesa. A consideração do ideológico na constituição do sujeito e dos sentidos, moldados pelo funcionamento do interdiscurso, leva à investigação da materialidade histórica dos conceitos “ensino” e “língua”, considerados como intrinsecamente ambíguos em sua constituição, o que nos faz considerar ilusão da estabilização dos sentidos desses termos - tanto na formação discursiva variacionista, que considera a língua em movimento e a prática de ensino como desenvolvimento da capacidade de flutuação entre suas diversas formas; como a na formação discursiva normativista, que objetiva a homogeneização das formas linguísticas pelas atividades de ensino – uma vez que se tratam de construções historicamente determinadas que remetem a um lugar de exclusão do outro, a impossibilidade do outro, que no entanto está sempre presente, pelo desejo de negação de seus sentidos, que são assim reestabelecidos.

5 Referências

AZEVEDO, R. Livro didático faz a apologia do erro: exponho a essência da picaretagem teórica e da malvadeza dessa gente. In: Veja online: Blogs e Colunistas. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/livro-didatico-faz-a-apologia-do-erro-exponho-a-essencia-da-picaretagem-teorica-e-da-malvadeza-dessa-gente/>>. Acesso em: 06 nov. 2013.

CLETO, M. Um livro didático de Português que ensina a falar errado... Que explicações vão dar sobre isso? Disponível em: <<http://www.viveraprender.org.br/2011/05/um-livro-didatico-de-portugues-que-ensina-a-falar-errado-que-explicacoes-va-dar-sobre-isso/>> Acesso em: 06 nov. 2013.

INDURSKY, F. A memória na cena do discurso. In: _____; (Org.) [et al.]. Memória e história na/da análise do discurso. Campinas: Mercado de Letras, 2011.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos Discursos*. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições. 2005.
_____. *Cenas da Enunciação*. Organizado por Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva, diversos tradutores. Curitiba: Criar Edições. 2006.

NARZETTI C. *Gramáticos e lingüistas*: polêmica e interincompreensão. Revista Linguagem. Número 21. 2009. Disponível em <http://www.letas.ufscar.br/linguasagem/edicao11/artigos_06.php> Acesso em: 10 mai. 2013.

ORLANDI; E.P. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. Campinas: Pontes, 2009.

PAGOTTO, E. Norma e Condescendência, Ciência e Pureza. In: *Línguas Instrumentos Lingüísticos*, no 2, Campinas: Pontes. 1998

PAYER, O. Processos, modos e mecanismos da identificação entre o sujeito e a(s) língua(s). IN: GRAGOATÁ, n. 34, p. 167-182, 1. sem. 2013.

UNICAMP. História das Idéias Lingüísticas no Brasil. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/hil/historico.html>> . Acesso em: 20 jul. 2014.

¹**Autor**

Ronaldo Adriano de FREITAS

Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense - Câmpus Campos-centro.
Mestrando em Estudos de Linguagem - Universidade Federal Fluminense.
ronaldofreitas.tec@gmail.com